

## SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MARANHÃO

Itaan de Jesus Pastor Santos<sup>1</sup>

Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho apresenta a situação de dez assentamentos do Maranhão no que se refere a segurança alimentar. A base da alimentação dos moradores desses assentamentos é garantida através dos produtos gerados nos próprios lotes, no entanto a área disponível para os cultivos vem diminuindo com o passar dos anos, estando atualmente em apenas um hectare, em média. Em muitos casos, a produção não é suficiente para garantir o alimento para a família durante todo o ano, obrigando a utilização da renda monetária obtida com a venda dos produtos do lote ou com o aluguel da força de trabalho de membros da família.

**Palavras Chaves:** Auto-consumo, produção, renda agropecuária

### ABSTRACT

The work presents the situation of the assentment of the Maranhão, in which the food security refers, using ten projects of microrregiões different like examples. The base of the food of the residents of these registrations is guaranteed through the products produced in the shares themselves, however the available area for the products is lessening in spite of spending the years, being at present in only 1 hectare, on average. In many cases, the production is not sufficient to guarantee the food for the family during the whole year, obliging the use of the monetary income obtained with the sale of the products of the share or with the rent of the members' workforce of the family.

**Keywords:** Consumption, farming income, production.

<sup>1</sup> Mestre. Universidade estadual do Maranhão (UEMA). [itaanps@gmail.com](mailto:itaanps@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor. Universidade estadual do Maranhão (UEMA).

## 1) INTRODUÇÃO

O Maranhão possuía até o final de 2010 cerca de 900 assentamentos de reforma agrária. De uma forma geral, grande parte desses projetos possuem uma infra-estrutura mínima definida pelo INCRA<sup>3</sup> como necessidades obrigatórias ao processo de implementação e consolidação, quais sejam: energia elétrica, estradas de acesso, residências, sistema de abastecimento de água, escola e posto de saúde. Além disso, essas áreas são contempladas com o PRONAF<sup>4</sup> que permite às famílias assentadas, recursos para investimento em uma etapa inicial e de custeio em etapas posteriores.

Em torno de 30% desses assentamentos são resultados de regularização fundiária, o que significa dizer que os povoados/agrovilas já eram pré-existentes à criação dos assentamentos, assim como todas as famílias moradoras. Esses, portanto, já possuíam uma infra-estrutura mínima anteriormente. Todos os outros, ao contrário, só passam a receber a infraestrutura necessária após a instalação oficial do projeto. Condição complicada quando as famílias já vêm de uma situação de acampadas por tempos relativamente longos.

A falta de infraestrutura é importante para que se compreenda a questão da segurança alimentar sobre os assentamentos na fase inicial, e que se reflete nas etapas posteriores, pois a ausência de estradas, de estruturas de saúde e de educação obriga a gastos de recursos que poderiam ser direcionados a alimentação.

## 2) SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar de uma população deve ser analisada a partir da conceituação de que todas as pessoas dessa população tenham acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Em países cuja economia seja mercantil, e pode-se incluir o Brasil nessa condição, o acesso diário aos alimentos depende da pessoa possuir algum tipo de renda para a aquisição dos alimentos (HOFFMAN, 1994). Uma parcela grande da população brasileira, especialmente no Nordeste<sup>5</sup> depende de uma renda diária além da renda de auto-consumo. Os dados da PNAD<sup>6</sup> apontam que a insegurança alimentar é maior na zona rural do que na zona urbana, de acordo com os dados da pesquisa de HOFFMAN (1994).

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>4</sup> Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar.

<sup>5</sup> Cerca de 7% dos domicílios da região Nordeste apresentaram altos níveis de insegurança alimentar de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada em 2006.

<sup>6</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Portanto o conceito de segurança ou insegurança alimentar pode ter peso diferente quando se analisa a origem das famílias, como é o caso desse trabalho. Pode-se considerar que nessas áreas não haja falta de alimentos por serem os moradores produtores de alimentos básicos e que são esses produtos que lhes garantem a renda necessária para compra de outros alimentos não produzidos ali.

Questões fundamentais relacionadas com a incerteza da produção, considerando nesse caso, a falta de políticas públicas mais adequadas às necessidades dessa população, e aí inclui-se crédito, assistência técnica, capacitação e infraestrutura de apoio são decisivas na definição da segurança alimentar. O processo de armazenamento e de beneficiamento dos produtos, um manejo para a redução de perdas, o aumento da produtividade em função da inserção de tecnologias mais adequadas podem gerar melhores condições para que algumas famílias que estão em situação mais frágil possam reduzir a insegurança alimentar.

Um outro problema quase tão grave quanto a pouca renda que pode remeter a um menor acesso aos alimentos e à baixa produção que leva ao mesmo problema, está relacionado com a qualidade dos alimentos consumidos: “isso implica que os cidadão consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas, promovendo sua saúde” (MALUF, MENESES & VALENTE, 1996). Nas populações estudadas pode-se constatar que a alimentação obtida a partir da produção local ainda não sofre pela falta de qualidade, apesar do uso pontual de produtos químicos nas lavouras e da aplicação de medicamentos sem um acompanhamento veterinário mais preciso, apesar de alguns indicativos futuros de que, também esse tipo de problema pode passar a ser importante.

### 3) ORIGEM DOS DADOS

Os dados utilizados nesse trabalho foram obtidos dos planos de desenvolvimento e planos de recuperação dos assentamentos citados no Quadro 1.

**TABELA 1 – Localização, área, número de famílias e área média dos lotes**

Assentamento	Município	Área (ha)	Nº famílias	Área média dos lotes (ha)
Bacuri	Coroatá	899,1168	37	20,40
Caac	Amarante	919,6259	44	20,90
Flor do Vale	Monção	5.319,1100	234	22,73
Mata Fria	Grajaú	702,0000	22	31,09
Onze de Junho	Buriticupu	9.670,6170	348	27,79
Padre Josimo	Presidente Vargas	1.997,6900	85	23,50
Quatro de Maio	Pedro do Rosário	1.061,1209	49	21,66

Taboleirão	Senador La Rocque	3.734,1054	205	18,22
Vital Brasil	Lago Verde	1.240,3283	44	25,32
Vitória	Estreito	1.341,9789	53	25,38

**FONTE: Dados da pesquisa**

No caso dos documentos dos assentamentos Flor do Vale, Onze de Junho, Quatro de Maio e Padre Josimo a instituição executora foi a AESCA<sup>7</sup>, enquanto os documentos dos assentamentos Caac, Taboleirão e Vitória foram elaborados pelo CENTRU-MA<sup>8</sup>. Já o documento do PA Bacuri foi elaborado pela COOSERT<sup>9</sup>, o documento do PA Vital Brasil ficou sob a responsabilidade da PLANEJA Consultoria e, finalmente, o documento do PA Mata Fria feito pela Agência Regional de Comercialização - ARCO Imperatriz.

#### 4) PRODUÇÃO E EXTRATIVISMO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

De uma forma geral, apesar da diversidade biofísica do Estado, os assentamentos de reforma agrária possuem características similares. As atividades produtivas são baseadas na plantação de culturas alimentares – principalmente arroz, milho, feijão e mandioca – e na criação de animais de pequeno porte – galinhas caipiras e suínos. Em alguns casos o extrativismo apóia as atividades produtivas. Em grande parte desses assentamentos a impossibilidade de garantir uma renda que proporcione a manutenção das despesas correntes da família obriga os chefes dessas famílias e os filhos de maior idade a buscarem trabalhos que complementem a renda gerada internamente.

Em relação à produção, os assentamentos estudados produzem as culturas alimentares citadas em maior ou menor grau, sendo que a média de área plantada não ultrapassa 1 ha por família em uma área consorciada em que o produto principal está relacionado com a sua importância regional. Por exemplo: no município de Buriticupu, o arroz tem importância maior que as outras culturas, assim no PA Onze de Junho a cultura mais importante do consórcio é o arroz, enquanto em Monção esse produto é a farinha, portanto, no PA Flor do Vale, a mandioca está no centro do sistema.

Em relação à criação de animais, há uma certa diferenciação entre alguns assentamentos. A liberação da criação de suínos de forma semi-intensiva como ocorre no assentamento Caac, mas não nos assentamentos Flor do Vale e Taboleirão, permite que algumas famílias se diferenciem de outras internamente. As famílias que possuem criações conseguem comercializar os animais vivos ou abatidos gerando renda de autoconsumo e/ou

<sup>7</sup> Associação Estadual de Cooperação Agrícola

<sup>8</sup> Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

<sup>9</sup> Cooperativa de Serviços Técnicos



renda monetária. Isso não ocorre com relação à criação de galinhas que é ainda uma prática generalizada em todos os assentamentos e entre todas as famílias e gera uma renda de autoconsumo ao longo de grande parte do ano. Uma outra atividade comum a todos os assentamentos está relacionada com o agroquintal. Ali, a partir da mão-de-obra das mulheres e crianças são criados animais de pequeno porte e cultivadas hortas e fruteiras que são utilizados na alimentação.

O extrativismo tem algumas variações. O babaçu é a principal atividade, praticada por mulheres que coletam o fruto nos próprios lotes, em lotes vizinhos ou mesmo fora do assentamento. Ocorre nos assentamentos Flor do Vale, Quatro de Maio, Padre Josimo, Taboleirão, Bacuri, Mata Fria e Vital Brasil, mas não nos assentamentos Onze de Junho, Caac e Vitória. Outras atividades extrativas são a caça e a pesca, praticadas nos assentamentos que ainda possuem áreas de vegetação e cursos d'água com boa vazão. No Caac esse tipo de atividade está prejudicada em função da grande devastação das áreas de matas. No Taboleirão ocorre a presença do cajá na área de reserva utilizado na alimentação e para comercialização, mas a ausência de cursos de água impede qualquer atividade de pescaria, ao contrário do Flor do Vale que fica nas proximidades dos campos naturais de forma que a atividade é uma das principais fontes de alimentação e renda. Nos assentamentos de maior proximidade da floresta amazônica (Quatro de Maio, Taboleirão, Mata Fria, Onze de Junho, Caac e Vitória) é comum o corte de madeira das áreas de reserva e sua utilização como lenha e carvão. Em Onze de Junho e Mata Fria há situações da venda da madeira para carvoarias e madeireiras.

A mais importante atividade surgida nos últimos anos é a criação de bovinos de corte em todos os assentamentos pesquisados. Em alguns desses assentamentos a criação ainda é incipiente como no caso de Bacuri, onde tinha apenas uma família já criando e Quatro de Maio onde a criação existente, de apenas 30 animais, era coletiva. No outro extremo fica o assentamento Caac onde mais de 80% das famílias criam bovinos e o número de animais já é bem maior que a capacidade de suporte da área. O único assentamento onde a criação não é praticada é Padre Josimo.

## **5) A SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Dados obtidos nos assentamentos pesquisados apontam uma verdade inequívoca: não há fome no sentido *strictu*, mas há redução da disponibilidade de alimentos em alguns períodos do ano, especialmente quando o roçado produz menos que o esperado e a quantidade de alimentos passa a ser menor do que a necessidade das famílias. Nesses

casos as famílias passam a depender dos produtos obtidos no agroquintal que nunca é suficiente para alimentar os moradores por um longo período, especialmente porque nesses quintais raramente há a plantação de grãos e tubérculos que representam a base alimentar de todas essas famílias. Considerando que a colheita do arroz ocorre entre os meses de maio/junho, nos casos de menor quantidade de alimento colhido, esse alimento pode durar, no máximo seis meses, passando a faltar já partir do mês de dezembro. No caso da mandioca, que é a outra cultura utilizada como base alimentar quando transformada em farinha, há uma menor predisposição a faltar em função da colheita ocorrer durante um longo período, às vezes por oito a dez meses.

Quando há possibilidades, nesses períodos de maior escassez, os homens alugam sua força de trabalho em atividades em que dominam as técnicas, como por exemplo, capinas nas roças de outros agricultores, roço de pasto em lotes com pasto estabelecido, construção e recuperação de cerca em fazendas... Recebem como diaristas valores de diária paga na região. O pró-labore obtido é quase todo direcionado para a compra de alimentos. A soma desses recursos quase sempre é insuficiente para garantir a compra do alimento necessário para todo o período de escassez, principalmente, porque os assentados contratantes são em pequeno número e dispõem de poucos recursos. Alguns agricultores chegam a se deslocar para áreas mais distantes em busca de contratantes que garantam um tempo maior de contratação.

A presença do gado bovino é um indicador importante para a segurança alimentar, pois esses animais não se transformam em renda monetária e nem em renda de autoconsumo, sendo apenas um patrimônio produtivo para as famílias criadoras. Dessa forma a tendência é que quanto mais cabeças são adquiridas ou animais nascidos, maior o espaço ocupado pelo rebanho e mais áreas dos lotes disponibilizadas para pastagem e, conseqüentemente, menor quantidade de área utilizada na agricultura.

As análises econômicas feitas nos assentamentos objetos desse trabalho apontam para uma renda média familiar mensal em torno de R\$ 600,00 como o patamar de reprodução social (PRS)<sup>10</sup> para uma família de cinco membros. Esses mesmos cálculos admitem a possibilidade de 25% dessa renda ser uma renda de auto-consumo. Nessas condições, mais de 90% das famílias moradoras vivem com uma renda abaixo do PRS. Os 10% que conseguem atingir o PRS tem como referencial de renda monetária recursos obtidos de transferências do governo federal, através de aposentadorias, pensões ou bolsa

---

<sup>10</sup> O PRS é um termo utilizado pela FAO que indica a renda necessária para que uma família tenha condição de acrescentar mais um membro na família.

família, ou ainda via salários obtidos por algum membro das famílias. No caso das famílias que recebem a bolsa família o valor, na prática, impede que essas famílias alcancem o PRS.

**TABELA 2 – Renda média mensal, renda monetária e renda de autoconsumo dos assentamentos pesquisados**

Assentamento	RMM*	RM**	RAC***	Diferença
Bacuri	1,11	0,83	0,28	- 0,47
Caac	1,56	0,33	1,23	- 0,02
Flor do Vale	0,68	0,54	0,14	- 0,90
Onze de Junho	1,22	0,92	0,30	- 0,36
Padre Josimo	0,81	0,64	0,17	- 0,77
Quatro de Maio	0,87	0,61	0,26	- 0,71
Taboleirão	1,09	0,76	0,33	- 0,49
Vital Brasil	1,14	0,91	0,23	- 0,44
Vitória	0,99	0,76	0,23	- 0,59

\* Renda média mensal; \*\* Renda monetária; \*\*\* Renda auto-consumo

**FONTE: Dados da pesquisa**

Na Tabela 2 é apresentada a renda média mensal por família dos assentamentos pesquisados. A única exceção é o assentamento Mata Fria devido a ausência de análise de renda no documento do PDA. Utilizamos no tratamento da renda o valor de um salário mínimo igual a R\$ 380,00<sup>11</sup>, adequando a renda para esse valor. Em todos os casos pesquisados a renda oriunda do lote (produção + extrativismo + autoconsumo) somada a renda de trabalhos temporários é menor que o PRS – a última coluna indica o déficit.

O assentamento Caac é que mais se aproxima do PRS, e em princípio, isso se deve a maior utilização das áreas dos lotes, pois entre todos é que mais possui áreas desmatadas. No entanto, é também, o que tem mais problemas ambientais, com desmatamento de áreas de reserva, uso de máquinas na preparação do solo para cultivo, grande quantidade dos lotes ocupado com pastagem e uma pequena quantidade de solo exposto. Ou seja, mesmo que atualmente seja o que aparente estar em melhor situação, tem uma tendência futura de queda da renda dos lotes.

Por outro lado o assentamento Flor do Vale é o que tem uma renda familiar mensal mais distante do PRS. As explicações apresentadas relacionam esse como o assentamento cuja condição produtiva é a mais prejudicada. Isso se dá pela proximidade com os lagos naturais da Baixada Ocidental Maranhense, o que diminui bastante a capacidade de geração de renda produtiva, ficando essa renda muito dependente do extrativismo.

<sup>11</sup> No período de elaboração do documento a relação dólar – real era de 1,91.



Cálculos feitos na elaboração de pesquisas de campo pela equipe de consultores que trabalhou na elaboração do diagnóstico dos assentamentos Caac, Flor do Vale, Onze de Junho, Padre Josimo, Quatro de Maio, Taboleirão e Vitória apontam para a necessidade de, aproximadamente, R\$ 210,00 (0,55 SM) para a alimentação mensal de uma família com 5 membros. Nesse sentido, a Tabela 2 mostra uma situação interessante, pois com exceção do assentamento Caac, todas as famílias dos outros assentamentos ficam com uma renda média mensal menor que 1 SM quando é retirado a renda para a alimentação. De qualquer forma, mesmo no caso do assentamento Flor do Vale, não se pode considerar que esteja havendo fome no sentido strictu. No entanto, fica claro que, quando há problemas com a renda de autoconsumo, a família é obrigada a dispor de uma grande parte da renda monetária para a alimentação e, sendo assim, a possibilidade de fome é grande, pois a renda disponível fica no limite.

## 6) CONCLUSÕES

O trabalho evidencia que as famílias dos assentamentos estudados possuem uma renda baixa, nunca alcançando mais que 1,56 SM mensais. Ao considerar a necessidade de uma renda mensal acima de 1,58 para garantir uma qualidade de vida minimamente razoável, há uma indicação de uma baixa qualidade de vida nesses assentamentos olhando-se apenas a questão renda.

Parte da renda obtida nos assentamentos é oriunda dos produtos locais utilizados na alimentação das próprias famílias que varia de 0,17 até 1,23 SM não se transformando em renda monetária. Quando os produtos de autoconsumo escasseiam as famílias usam parte da renda monetária para comprar alimento.

A renda monetária por si só não é suficiente para garantir alimento para as famílias nos casos dos assentamentos Caac e Flor do Vale.

Mesmo nos outros assentamentos onde a renda monetária é suficiente para garantir a alimentação, o excedente a esse valor é mínimo indicando que a quantidade de alimentos pode não estar adequadamente em condições de satisfazer a dieta alimentar dos membros das famílias.

## BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE IMPERATRIZ. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mata Fria**. Grajaú: 2003. 95 p.



ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. **Plano de Recuperação do Assentamento Flor do Vale.** Monção: 2006. 87 p.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. **Plano de Recuperação do Assentamento Onze de Junho.** Buriticupu: 2006. 62 p.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Padre Josimo.** Presidente Vargas: 2006. 84 p.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Quatro de Maio.** Presidente Vargas: 2006. 61 p.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL. **Plano de Recuperação do Assentamento Caac.** Imperatriz: 2007. 108 p.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL. **Plano de Recuperação do Assentamento Tableirão.** Imperatriz: 2007. 76 p.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vitória.** Imperatriz: 2007. 82 p.

COOPERATIVA DE SERVIÇOS TÉCNICOS. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Bacuri.** São Luís: 2004. 93 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário do Maranhão.** São Luís: 1995. 230 p.

HOFFMAN, Rodolfo. **A insegurança alimentar no Brasil.** In: Revista Caderno de Debate. UNICAMP. 1994. Vol. 2. P. 1-11.

MALUF, Renato, MENEZES, Francisco, VALENTE, Flavio. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil.** Revista Cadernos de Debate. UNICAMP. 1996. Vol. 4. P. 66-88.

PLANEJA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vital Brasil.** São Luís: 2004. 76 p.